



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 88ª
(OCTOGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 83ª Sessão Ordinária;

– Ata da 84ª Sessão Ordinária;

– Ata da 85ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Agaciel Maia, com base no art. 102, inciso XXII, do Regimento Interno desta Casa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – V.Exa. está sendo cirúrgico em termos regimentais.

Sr. Presidente, houve a discussão a respeito das matérias, ficou decidido no Colégio de Líderes que hoje, depois dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares... Eu peço a V.Exa. que coloque o Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2016; o Projeto de Lei nº 1.552, de 2016; o Projeto de Lei nº 1.180, de 2016, e o Projeto de Lei nº 1.112, de 2016, na Ordem do Dia.

Portanto, solicito a V.Exa. que oriente a Mesa para que, depois das discussões, na Ordem do Dia, coloque em votação os referidos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. Apenas retificando, não é o inciso XXII, é o inciso XII do art. 102 do presente Regimento Interno.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade, pela Liderança da Minoria, para fazer uso da palavra por cinco minutos, com base no art. 111, I, do Regimento Interno.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, parabéns por ser – eu ia dizer Eduardo Cunha aqui da Câmara, mas não pega bem para V.Exa. – o regimentalista de primeira.

Sr. Presidente, rapidamente eu gostaria de apenas dirigir uma palavra: o Governo do Distrito Federal tem dito que não tem dinheiro para pagar as despesas com pessoal e com aquilo que é normalidade, que deveria ser obrigação dele.

Mas o Diário Oficial de terça-feira, 11 de outubro de 2016, autoriza o Secretário Adjunto da Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer do Distrito Federal, Sr. Jaime Araújo Goes Recena Grassi, a participar, de 11 de outubro a 21 de outubro, na cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos, de eventos da Red Bull – aqueles brinquedinhos. Então, eu gostaria de saber o que é que o Governo do Distrito Federal, que diz que não tem dinheiro para pagar o que é necessário e gasta o que é desnecessário, pagando hospedagens, pagando alimentação, com o dinheiro que é meu, é seu, é do contribuinte aqui do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Logicamente, se fosse para alguma coisa que trouxesse benefício para o Distrito Federal, nada demais. Mas isso já chega ao cúmulo do absurdo, para um governo que não está conseguindo colocar as contas em dia, para um governo que está teimando em não pagar o que é devido aos servidores públicos aqui do Distrito Federal.

E, mais ainda, hoje à tarde, nós estamos tentando recompor aquilo que foi retirado do Iprev, meu nobre Deputado Chico Leite. Eu sou favorável ao projeto e gostaria de votar favorável a ele, mas como sempre há aquelas quebras de protocolos, que não se atentam para a normalidade das formalidades legais, que vêm para se votar a doação e a incorporação desse imóvel, sem a autorização da Terracap, sem a anuência do Governo Federal.

Então, a gente começa a questionar: a que ponto nós chegamos e a que ponto nós vamos chegar? Sou favorável a votar, mas que se sejam, realmente, feitas as formalidades legais, para que não paire sobre esta Casa de Leis nenhuma dúvida de que aquilo que aqui a gente faz é, de fato, em favor do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, é bastante oportuno V.Exa. trazer esse assunto ao Plenário desta Casa como Líder do seu bloco.

Temos muita dificuldade de conseguir alguma coisa que queremos. Eu tenho aqui em mãos o parecer da Terracap. E ele não atende em hipótese alguma, até porque ele se reporta à legislação. É algo que foi inclusive votado nesta Casa, a segunda foi votada em 2011, passou por nós. Então, não atende porque o conceito que eles utilizam de serviço... Não cabe a eles prover. Não é o caso do Iprev. O regime ao qual está estabelecido esse recurso é destinado a apenas uma parcela dos servidores, aquela que foi contratada a partir de 1º de janeiro de 2007, não são nem todos os servidores. Então, é preciso que a Terracap nos mostre a ata da decisão do Conselho de Administração anuindo que os 49% da União devem ser passados para essa finalidade. Essa foi uma reclamação feita no passado pelo próprio Governador Rollemberg, à época Senador, junto à CGU. Eu tenho isso em mãos, posso mostrar aos colegas.

Outra questão, Sr. Presidente. O Iprev também tem que mostrar para nós qual é o entendimento do Conselho – a turma tem jeton, inclusive, recebe para isso – sobre o conjunto de imóveis que foram colocados à disposição deles. Por exemplo, eles estarão em condições de administrar, tomar conta, vigiar e evitar invasões nas duas grandes glebas do Setor JK, que é lá onde nós temos o Pró-DF, na cidade de Santa Maria? Quer dizer, há questões que caberão a eles responder e não vemos nada nesse sentido. Então, eu chamo a atenção para isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

É verdade que o Iprev enviou um documento sobre a correção do valor, e isso nós até então não tínhamos. Peço que algum Deputado que ainda não tenha tido acesso possa verificar o que ele contém, porque eu acho que isto é importante: um bilhão e duzentos no final do ano de 2015 não são um bilhão e duzentos agora. Sejam claros, é muito mais. Precisamos saber quanto foi utilizado, quanto não foi, em que mês, em que dia e qual é a correção que incidiu. Lembro aos colegas que se há um Deputado que quer ver esse recurso recomposto sou eu, até mesmo porque fui o único que votou contra esse projeto que serviu para o governo socorrer naquele momento os servidores. Eu sabia que ia dar nisso. Isso inclusive fere a legislação federal, eu vou dizer isso no debate. Então, nem isso está sendo observado. Eu lamento profundamente que mais uma vez quem vai pagar é o servidor. Não temos só a decisão de não pagar o servidor público, mas também a de retirar recursos dele. Isso é que é o grave.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Deputado Wasny de Roure, agradeço o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, importante, eu acho que a Câmara tem que se posicionar, nem que seja por escrito, contra essa viagem da qual V.Exa. falou. É lógico que essa é uma prerrogativa do Executivo, mas provavelmente o Governador nem saiba disso. Eu acho que é importante, já que estamos dando o exemplo, que despesas dessa natureza, seja do Secretário de Turismo ou não, não sejam mais feitas pelo Governo do Distrito Federal. Então, V.Exa. tem razão, eu acho que a Câmara tem que cancelar.

Eu queria também chamar a atenção, Sr. Presidente, para seguirmos os horários previstos, para que não saíamos muito tarde após as votações.

Parabéns, Deputado Bispo Renato Andrade, pelas observações feitas por V.Exa. Se houver um requerimento pedindo o cancelamento da viagem, eu assino embaixo.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia e o incorporo ao meu pronunciamento.

Antes de encerrar, eu quero me referir ainda à questão do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV, meu nobre Deputado Agaciel Maia. É um cheque em branco que nós estamos entregando ao governo para ele preencher. Nós gostaríamos que ele preenchesse e mandasse para nós assinarmos. Eu apelo ao espírito público de V.Exa., do nosso bloco, do meu partido, que deixemos isso para a semana que vem. Daremos tempo à Terracap de cumprir com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

as formalidades legais. E V.Exa., que é um grande conhecedor dessas coisas, não nos negará esse pedido. Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou debater aqui essa questão do Iprev, dos dois projetos referentes à recomposição, porque creio que há um esforço muito positivo, não tem o que negar. Eu me sinto muito confortável, até porque é uma forma de recompor aquilo que foi indevidamente retirado sem a instrução.

O grande problema que o governo está cometendo é uma questão processual. Primeiro, ele está sendo divulgado na imprensa com relação ao certificado da regularização previdenciária. Não tem nada a ver uma coisa com a outra do ponto de vista de novos recursos. Na realidade, o governo está irregular desde que essa matéria foi votada nesta Casa e o dinheiro foi usado. Isso tem que ser dito claramente, e no momento nós vamos trazer.

Eu chamo a atenção do governo, porque ele tem sido muito duro nas demolições de barracos. É extremamente eficiente na defesa do patrimônio público, a despeito da infração e negligência ao direito da criança, ao direito da família, ao direito à moradia, como se a Constituição se limitasse a um único artigo. O governo vem fazendo isso em cidades como São Sebastião, no Pôr do Sol, no Sol Nascente, no Recanto das Emas, no Monjolo e em muitos outros locais, na tentativa de proteger o patrimônio público.

Espanta-me muito que o governo, em algumas localidades como no Noroeste, que é um setor de classe média – isso foi trazido pelo presidente da associação dos síndicos e pelo pessoal que compõe a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Noroeste –, assista a olhos vistos uma ocupação que se amplia. O governo poderia fazer a discussão com os moradores, remover aqueles que têm direito a serem beneficiados, e retirar aqueles que já foram beneficiados, ou que eventualmente não se enquadram dentro da política. O governo tem que acordar para o seu próprio quintal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

O governador está com essa agenda que não consegue resolver. E nós, a comunidade, estamos indignados com essa omissão. Enquanto ele é extremamente ativo nas regiões mais pobres e mais carentes, é extremamente omissivo em relação a outras áreas. Quer dizer, essa questão de fazer do pobre o grande criminoso no problema de terra em Brasília é algo extremamente lamentável.

A outra coisa é que o governo dialogue com a comunidade acerca do debate que tem que ser desenvolvido no Tribunal de Justiça com relação a esses condomínios que foram sobrestados, até encontrar um entendimento entre as partes. Desconhecer isso, para sermos sobressaltados com demolições, é absolutamente uma atitude irracional.

Eu quero aqui deixar esse apelo, para que a gente não viva sobressaltado. As famílias, aquelas que têm crianças e dependem de uma cobertura, de um teto, que estão literalmente expostas ao quadro da vulnerabilidade por não poderem pagar aluguel ou porque foram desalojadas em alguns locais, não têm mais, em função do desemprego, condições de dar cobertura de teto à sua família e a seus filhos.

É extremamente interessante que os colegas Deputados possam, principalmente aqueles que compõem a base de apoio do governo, dialogar com o governo para tentar obter uma resposta para essa população. Nós precisamos parar de assistir à população mais vulnerável sendo a grande vítima desse processo de desalojamento, pela permissão da retirada deles e, depois, das futuras invasões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz pelo Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, cumprimento os representantes do Sinpro, os professores, nossos trabalhadores, os Parlamentares e nossos assessores.

Sr. Presidente, quero aqui parabenizar os nobres Deputados Wasny de Roure, Chico Vigilante, Ricardo Vale, Celina Leão e Raimundo Ribeiro, que apresentaram a proposta de decreto legislativo que susta esse maldito decreto do Governador, que mais uma vez deu um calote nos trabalhadores – e ainda tenta –, usando o nome de medida preventiva. Eu chamo de ato intimidatório. Os trabalhadores, por intermédio de um ato legítimo dado pela Constituição, reclamam seus direitos.

Nada mais justo, Deputado Rafael Prudente. Nada mais justo, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. é acostumado a defender os trabalhadores. Não se pode admitir que as vítimas de um calote sejam intimidadas – sejam intimidadas – porque estão lutando pelos seus direitos. Não podemos admitir que a plena democracia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Deputada Liliane Roriz – V.Exa. se acostumou a ver a democracia ser respeitada nesta cidade –, possa agora ser aviltada de forma tão violenta. Os trabalhadores, vítimas do calote, ameaçados de sequer receberem seus salários, ainda não podem reclamar seus direitos de forma sagrada e constitucional. Querem ir às ruas buscar, através do movimento, aquilo que lhes é de direito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington, eu concordo inteiramente com as palavras de V.Exa. e quero alertar – é importante que esta Casa tenha conhecimento – que boa parte desses reajustes concedidos através de lei aqui na Câmara Legislativa, leis que foram contestadas pelo Ministério Público, que perdeu de 17 a 0 no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, tiveram a negociação intermediada pelo então Senador Rodrigo Rollemberg e pelo Senador Cristovam Buarque. Como é que, depois que a gente transforma efetivamente em lei, é uma coisa legal, ele vem com esse decreto agora, que é muito parecido com a lei de greve do governo militar? Não deixa nada a dever à lei de greve da ditadura militar no Brasil.

Portanto, nós apresentamos a proposta e esperamos que seja votada hoje. Queremos o voto, hoje, sustando esse decreto do Governador Rollemberg porque ele vai na linha dos absurdos. Ele botou dois decretos irmãos, siameses, e um deles é esse da lei de greve. Ninguém vai respeitar, porque ninguém faz greve por gostar de fazer greve, mas dá um pretexto legal para ele. Ninguém vai respeitar. O segundo é esse da Adasa. O maior absurdo que eu já vi é punir a população do Distrito Federal inteira com o aumento de 40% na conta de água, uma conta que só ele sabe como é que compõe e também só ele sabe a medida dos reservatórios.

Portanto, está na hora de o Governador refletir e verificar que não vamos aceitar esse tipo de absurdo aqui no Distrito Federal e vamos votar hoje esse decreto que susta esse absurdo!

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Eu espero, Deputado, que esta Casa – desculpe o termo, pois todos sabem do carinho e do respeito que tenho por todos os Parlamentares – não se acovarde, porque esta é uma ótima oportunidade de ficarmos do lado dos trabalhadores, que são vítimas; mais uma vez, vítimas de um governo que não demonstrou, desde o primeiro dia, nenhuma sensibilidade.

Sr. Presidente, V.Exa. me permite agora, na sequência, conceder um aparte ao Deputado Wasny de Roure, ao Deputado Bispo Renato Andrade e, depois, ao Deputado Raimundo Ribeiro. Todos eles são autores desse maravilhoso projeto, dessa proposta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Deputado Wellington Luiz, o decreto do Governador incide sobre matéria já legislada – essa é a primeira grande infração de S.Exa. – e colide exatamente com a autonomia que o movimento sindical dos servidores públicos conseguiu do ponto de vista de definição de greve. Agora, tratam-se as excepcionalidades e as garantias de alguns serviços públicos que precisam ser preservados. Nisso a legislação brasileira é muito clara.

O que nós observamos é uma maneira incontida. Em vez de ele chamar os servidores para um diálogo e dizer por que sim, por que não, estou com dificuldades para pagar, ele faz o decreto. É natural ter dificuldade. O dinheiro não é dele, o dinheiro é público; ele não tem máquina de fazer dinheiro. É uma questão de diálogo, é dizer: “Olha, eu me comprometi, mas estou com dificuldade”. Isso é muito mais respeitoso, muito mais humano, muito mais sólido, porque isso caracteriza o próprio caráter da condução da coisa.

Então, nós precisamos ter um pouco de lucidez. A população tem nele o governador – seja quem votou nele ou não. Ele prometeu, dizendo que Brasília vivia um quadro de gestão nula. Isso foi uma marca da campanha dele e que foi vitoriosa.

O Deputado Chico Vigilante tem uma colocação muito interessante. Diz que a população é quem definiu que o PT deveria ser Oposição. Eu não sei se nós estamos fazendo a oposição que a cidade merece e necessita, talvez, estamos deixando a desejar, mas é importante entender que esse projeto de decreto legislativo, tanto o apresentado pelo PPS como o apresentado pela bancada do PT, é no sentido de fazer o resgate do direito daquilo que já foi conferido na Lei Complementar nº 840, que é, se não me falha a memória, o Código do Servidor Público, o Regime Jurídico Unico do Servidor Público do Distrito Federal, o qual a própria Procuradora referendou como sendo a lei suficiente para responder a este momento do Distrito Federal. Não fomos nem nós que dissemos isso, foi a própria Procuradora do Distrito Federal. Portanto, eu acho que S.Exa. anda conversando pouco com seus assessores no sentido de consolidar proposições que convençam a população. Não é o caso desse, que não vai atender a expectativa da população e muito menos o que ele espera, que é a própria enganação aos servidores – e eles não estão convencidos dessa atitude que o governo tomou.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, o Governador quer punir duas vezes os servidores. Punir ao não pagar o que deve e punir porque eles estão cobrando o que lhes é devido. É o cúmulo do absurdo aquilo que estamos vendo acontecer no Distrito Federal – nem em Cuba isso acontece. Desculpe-me, Deputado Ricardo Vale. Realmente é uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

ditadura. O Governador quer impor no Distrito Federal o que ele quer e da forma como ele quer.

Encerro dizendo o seguinte: a questão do Iprev. O Governador não quer resolver o problema? Transfira o parque lá, o que ele quer vender, o Ezechias Heringer ao Iprev. É um local bom, dá para pagar as dívidas.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, demais Parlamentares, o Deputado Bispo Renato Andrade colocou a questão muito bem. Quer dizer, o Governador, não satisfeito em desonrar a palavra que ele deu, agora quer obrigar as pessoas a não demonstrarem a sua insatisfação com essa desonra.

Mas aí é necessário vermos o histórico dessa situação. Vejam que, ano passado, nós tínhamos o julgamento de uma ação que reconheceu como legais os reajustes que foram concedidos – e não foi por maioria, não, foi por unanimidade do Tribunal de Justiça. Naquele momento, o autor da ação foi o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, mas é inegável que isso atendia aos interesses do governo.

E aí, o que acontece? O Governador, depois disso, pediu a compreensão dos servidores públicos e pediu o prazo de um ano para reajustar, para recompor os salários. Esse prazo foi concedido, e sabemos o quanto é difícil conseguirmos isso com as pessoas que têm seus salários diminuídos ou, pelo menos, não recompostos. Mas o governo conseguiu. Aí, quando chega o momento de pagar, o governo começa a insinuar, a soltar pílulas na imprensa de que não vai fazer o pagamento, e o motivo é sempre o mesmo: não tem dinheiro.

No início, quando o governo anunciou isso, ele tentou fazer uma chantagem com esta Casa, dizendo que nós tínhamos que aprovar o acréscimo do IPTU. Como não colou, ele tratou de editar um decreto, que, pela sua própria natureza – e aí me permitam, na condição até mesmo de advogado –, é um decreto imprestável ao que se propõe. Primeiro, porque é redundante; segundo, porque é inconstitucional e terceiro, porque não tem competência para legislar sobre essa matéria.

Lamentavelmente, esta Casa se vê obrigada a apresentar um PDL – e, no caso, nós apresentamos dois; o PT apresentou um, e nós, do PPS, apresentamos outro – no sentido de sustar os efeitos desse decreto.

O governo, no meu entendimento, isento de qualquer coisa, Deputado Wellington Luiz, deveria estar comemorando que a Câmara derrubasse esse decreto. Sabe por quê? Para não continuar exposto ao ridículo, porque é ridícula a edição desse decreto pelas razões já expostas aqui inicialmente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Então, eu gostaria de pedir que, caso a Mesa entenda dessa forma, a Mesa interina, que ela admita que nós possamos discutir e votar esse projeto de lei nesta sessão. Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Raimundo Ribeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para os que usaram a palavra ou não, temos que deixar bem claro: os atos do Governador, eu não vou nem questionar aqui, porque ele já cometeu tantas arbitrariedades, tantas, que eu acho que nós não temos nem que nos dirigir mais a ele. Eu quero me dirigir a esta Casa. Eu acho que agora a reflexão é dos Deputados, porque os nossos representados estão lá fora esperando para saber qual vai ser a nossa atitude. Querem saber como nós vamos nos posicionar, se é do lado das vítimas desse estupro político ou se é do lado do algoz, que, mais uma vez, comete essa arbitrariedade de atacar os direitos como se ele fosse dono de Brasília.

É inadmissível e é impossível que aceitemos isso. Nós não seremos mercedores do voto da população do Distrito Federal se nós acolhermos uma decisão como essa.

Deputado Raimundo Ribeiro, eu tenho vergonha na cara, e eu vou, vou para as ruas ao lado dos trabalhadores, porque não se pode admitir em hipótese alguma que o governo dê o calote e ainda use o instrumento da intimidação para que esses servidores se calem, para que eles fiquem dentro do seu trabalho sem poder exercer os seus direitos.

Presidi um sindicato durante doze anos e nunca tinha visto isso na minha vida. Passamos por diversos governos e, pela primeira vez, a gente ouve de um governo que é do partido socialista. Se eu pudesse, a primeira coisa que eu tiraria era esse termo “socialista”, porque de social não tem nada! Nada, nada, nada!

Mas volto a dizer que quem tem a obrigação com o povo é esta Casa, e agora vamos colocar isso à prova. Então, Sr. Presidente, por gentileza, que se acolham as propostas dos Srs. Parlamentares e que a gente mostre de que lado está.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria cumprimentar o Deputado Wellington Luiz pela intervenção e dizer que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

mínimo que esta Casa faz hoje é votar e tentar derrubar esse decreto que o Governador mandou para cá, em uma clara demonstração de intimidação dos servidores e trabalhadores na busca dos seus direitos.

Esta Casa foi muito importante, durante todo o ano passado e neste ano, no sentido de ajudar o governo a resolver esse problema deficitário no seu caixa, inclusive com ideias de arrecadar recursos para honrar seus compromissos com os trabalhadores. A gente lamenta muito que o governo mande um decreto para cá sem debate nenhum com esta Casa, um decreto completamente infeliz. Por tudo o que temos feito e pelo apoio a este governo no sentido de resolver os problemas dos trabalhadores, o mínimo que a gente deve fazer hoje, aqui, é votar esse projeto e derrubar esse decreto.

Eu fico me perguntando, Deputado Chico Leite, quem é que orienta o Governador Rollemberg? Isso não pode ser da cabeça dele, não. Não pode. Eu até perguntei aqui ao José Flávio quem é que orientou o governador a fazer um decreto tão infeliz como esse? Não adianta! Isso não vai fazer trabalhador e sindicato recuarem. Pelo contrário! Vai haver uma reação mais acirrada, de mais luta, e eu espero, já que o governo não quer desistir desse infeliz decreto, que a gente hoje dê uma demonstração de compromisso com os trabalhadores do Distrito Federal, com a nossa sociedade, e derrube esse decreto do Governador.

Era isso, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação do nobre Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou, na verdade, abordar dois temas. Estou falando em questão de ordem, mesmo sabendo que, do ponto de vista regimental, não está correto, para que possamos apressar a sessão e votar inclusive o decreto a que se refere o Deputado Ricardo Vale.

Quero me referir a dois assuntos: o primeiro é fazer um registro de pesar pelo falecimento ontem, prematuramente, do Dr. Rômulo Mello, um dos maiores ambientalistas deste país, ex-presidente do ICMBio, que dedicou toda a sua vida à preservação da natureza e do patrimônio público. Hoje está se dando o velório e, provavelmente, terei que sair um pouco mais cedo, mas quero fazer esse registro. Foi uma grande pessoa pública, um sujeito que vai fazer muita falta para as nossas lutas. Ele era daquelas pessoas públicas que pensavam no coletivo em primeiro lugar, no interesse público em primeiro lugar, sempre muito coerente. Faço, então, esse registro de pesar pela perda desse grande companheiro, o Dr. Rômulo Mello.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência, em nome de toda a Câmara Legislativa do Distrito Federal, acolhe a questão de ordem de V.Exa. e se junta a todos os Deputados e servidores desta Casa a essa grande personalidade de Brasília, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me associar ao Deputado Chico Leite em suas palavras. Realmente o Rômulo foi uma pessoa extraordinária, uma perda lamentável, com 58 anos. Nós, inclusive, apresentamos uma moção de condolências, para que toda a Casa se manifeste.

Ele estava no GDF e, recentemente, foi dirigir o ICMBio. Uma excelente escolha, um grande quadro. Era uma pessoa que perpassava os partidos e teve uma enorme contribuição no debate da questão ambiental.

Portanto, associo-me aqui ao Deputado Chico Leite em relação à perda do Rômulo para a nossa cidade e para o nosso país.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a solidariedade do Deputado Wasny de Roure e me reportar, imediatamente, com a permissão de V.Exa., ao segundo tema.

É absolutamente incompreensível esse decreto do Governador referente ao cerceamento de uma série de direitos constitucionais e legais, em que ele não traz direito novo e acaba fazendo soar uma norma para apenas intimidação, Sr. Presidente. Quero lamentar profundamente.

Nem tenho certeza, sob o ponto de vista jurídico, de que temos competência para revogar o decreto legislativo, mas, pelo absurdo que esse ato administrativo do Governador encerra, pelo que ele significa de cerceamento ao direito constitucional e legal dos servidores públicos, quero manifestar aqui a minha oposição a ele.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito a inclusão da Moção nº 516, de 2016, na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a questão de ordem de V.Exa. Solicito à Secretaria da Mesa que adote as providências cabíveis.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – As questões de ordem e os apartes estão se estendendo e está ficando desigual o tempo entre um e outro.

Concedo a palavra a V.Exa., antes de passá-la ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi proposta aqui, por vários Parlamentares, a inclusão extrapauta desse PDL, e a Mesa não deu a resposta devida. Acabou de ser requerida por outro Deputado uma inclusão na pauta, e a Mesa decidiu de imediato. Então, nós gostaríamos de ter a resposta da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Informo a V.Exa. que há dúvidas sobre a parte formal, conforme o Deputado Chico Leite falou, diferentemente de uma moção, que é uma proposição legislativa bem mais simples. Então, a Mesa está estudando isso, mesmo porque, na discussão lá embaixo, ficou acertado que o projeto tramitaria, com a exigência da maioria dos Líderes da Casa, pelas comissões e seria votado terça-feira.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – V.Exa. pode cobrar de cinco em cinco minutos

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Só para tentar fechar esse debate a respeito do decreto divulgado pelo Governador em relação aos movimentos de trabalhadores, vou resumir aqui a nota do meu partido, o Partido Democrático Trabalhista:

“Nota do PDT em repúdio à decisão do Governador.

O Partido Democrático Trabalhista do Distrito Federal repudia a decisão do Governador Rodrigo Rollemberg em baixar o decreto que pune os servidores públicos em greve, numa atitude antidemocrática, voluntariosa, inoportuna e com consequências negativas.

O Governador foi eleito com a expectativa de seu eleitorado pela promoção de uma administração progressista, que respeita os trabalhadores, principalmente em suas reivindicações.

O PDT, um dos partidos responsáveis por sua eleição, participante de seu governo, propugna que o Governador revogue o decreto e mantenha o diálogo com os servidores, evitando assim uma crise maior do que aquela que já temos. O PDT,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

sempre em defesa da classe trabalhadora, se coloca mais uma vez à disposição para solucionar esse impasse e não admite, em hipótese alguma, esse decreto do Governo do Distrito Federal.”

Assinam o nosso Presidente, Jorge Michel; os membros da Executiva; os Deputados Prof. Reginaldo Veras e Joe Valle. Essa, Sr. Presidente, é a nossa decisão em relação a esse infeliz decreto desta semana.

Outro assunto, Presidente – e aí é coisa boa –, é que hoje saiu no Diário Oficial do Distrito Federal a portaria que regulamenta e distribui as emendas parlamentares para o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. Eu faço questão de citar os nomes aqui dos Parlamentares que contribuíram para isso. Ao todo, 7 milhões e 600 mil em emendas parlamentares estão sendo liberados esta semana para o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. Além de 1 milhão e 350 mil de nossa autoria, temos emendas do Deputado Joe Valle, do Deputado Juarezão, do Deputado Julio Cesar, do Deputado Prof. Israel, do Deputado Wasny de Roure, da Deputada Telma Rufino e do Deputado Chico Leite. Hoje, o Diário Oficial me deixou realmente feliz, não só pelas emendas em si, mas por mostrar que, agora sim, nesta legislatura –vou parafrasear aqui o presidente Lula –, nunca antes na história deste Poder Legislativo tantas emendas parlamentares foram destinadas à educação.

Fico feliz em ter contribuído para que o tema da educação entrasse na pauta definitiva desta Casa Legislativa. Fico feliz de os colegas estarem tendo a sensibilidade de ver que a gente não pode abandonar a educação. Emenda parlamentar não é a solução, ela é paliativa, mas talvez seja o primeiro passo para que, depois, discutamos, de forma mais séria, vultosos investimentos, vultosas destinações orçamentárias para o setor da educação, que está tão precário.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu creio que, na necessidade e na crise, nasce a criatividade. V.Exa. e o Deputado Chico Leite foram pioneiros num procedimento que acabou catalisando recursos de outros Parlamentares. Eu norteei muito o meu posicionamento a partir daquilo que os colegas obtiveram de positivo para as nossas escolas. Como V.Exa., eu tenho visitado escolas. Na última sexta-feira, por exemplo, eu visitei o Caic de Brazlândia, que tem ensino em tempo integral e é um exemplo de escola. São procedimentos que vêm engrandecer a educação.

Eu quero cumprimentar sua comissão, da qual participo, e a equipe da Secretaria de Educação que viabilizou isso, particularmente o Fernando, o Fábio e todos os diretores de regionais. A Casa dá uma bela contribuição, a exemplo daquilo que fizemos no Hospital de Base. São gestos em que nem sempre conseguimos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

execução de 100%, mas muitas coisas boas a gente vê executadas a partir desse esforço.

Portanto, esse cumprimento dirijo a V.Exa. De fato, a nossa foi de um milhão e meio, o governo garantiu a liberação, e, por isso, foi liberado esse montante na portaria de hoje. Eu agradeço muito o seu incentivo para que nós seguissemos essa orientação. Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Agradeço o aparte de V.Exa.

Corrijo-me citando também o Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Primeiro, parablenzo todos os Deputados que disponibilizaram esses recursos. Eu quero dizer que eu coloquei recursos para o PDAF, para algumas cidades, principalmente para Sobradinho – se não me engano, foram 500 mil só para o PDAF de lá. Acho que é um avanço, mas nós precisamos resolver também, Deputado Prof. Reginaldo Veras – não sei como –, como impedir que esses recursos sejam usados a bel prazer dos diretores das regionais de ensino. Infelizmente, alguns diretores, em vez de encaminhar os recursos para as escolas que realmente precisam, encaminham para as escolas que lhes convêm, cujo diretor é seu amigo ou amigo de fulano ou sicrano. É preciso democratizar o uso do PDAF nas escolas.

Fica aqui o meu compromisso. No ano que vem, vou colocar mais recursos ainda, mas espero que realmente cheguem aonde têm que chegar.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Concluo agradecendo, de fato, os Deputados que têm abraçado a causa da educação. Vou fazer o que já fiz em outra ocasião: conclamo os demais Deputados a encaminharem emendas parlamentares para o PDAF. É garantia de execução, e de execução muito bem feita, com prestação de contas nos mínimos detalhes para não gerar nenhuma suspeição. Acima de tudo, senhoras e senhores, a educação agradece; nossos alunos agradecem. Estou muito orgulhoso de todos vocês.

DEPUTADO JUAREZÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu quero cumprimentar V.Exa., Deputado Prof. Reginaldo Veras. A gente também destinou verba para Brazlândia para cobertura de quadras em cinco colégios. Hoje os professores já nos ligaram, os alunos também. Se Deus quiser, no ano que vem, vamos colocar mais. Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Deputado Juarezão, eu estive visitando Brazlândia e vi a felicidade dos diretores e dos alunos das escolas que foram contempladas com as emendas de V.Exa.

Parabéns, Deputado Juarezão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu prometo ser breve. Sr. Presidente, eu estou falando no aparte para evitar empregar o Grande Expediente.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu quero primeiramente parabenizar V.Exa. pela condução da matéria na comissão de educação. Quero agradecer ao Deputado Wasny de Roure o reconhecimento público do nosso pioneirismo. Nós ficamos sempre muito satisfeitos com a ideia quando ela é culturalmente adotada e se reverte em favor da população. Nós temos, na hipótese específica, o PDAF, que eu acho que foi muito importante. Outro debate que logo, logo teremos – eu já o propus há algum tempo – é o do orçamento participativo dos mandatos, ou seja, efetivamente nós trabalharmos o orçamento naquilo que pudermos empregar com as comunidades, as cidades, depois colocarmos isso na rede mundial de computadores para que todos possam acompanhar, avaliar, fiscalizar, enfim, corrigir, participar.

Era o que tinha a contribuir, Deputado Prof. Reginaldo Veras, com o discurso de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Agradeço todos os apartes e os incorporo ao meu pronunciamento. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a V.Exa.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Eu sei que V.Exa. está com muita pressa, mas serei bem rápido. Eu quero registrar um evento, um programa que está acontecendo hoje, Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Foi lançada hoje, no restaurante comunitário da Estrutural, a campanha Coma Bem, Viva Bem. São chefes de cozinha que estão indo aos restaurantes comunitários cozinhar, fazer o prato do dia para as pessoas, mas também a Embrapa, a Emater e mais organizações Iprev como também a Terracap sociais e instituições civis fazendo oficinas de alimentação saudável com todas as pessoas da cidade.

Realmente hoje, na Estrutural, foi uma coisa bonita de se ver: as crianças, os jovens, os adultos, todos participando desse evento. Além de uma alimentação de excelente qualidade, oferece-se também a divulgação da segurança alimentar e a educação sobre ela, coisas de que, muitas vezes, nesses momentos de crise, a gente se esquece, mas que são de fundamental importância. Hoje nós temos mais de 20% dos nossos jovens e crianças com sobrepeso e/ou obesidade, e uma criança obesa é um adulto hipertenso e/ou diabético, o que leva um prejuízo enorme ao Erário.

Toda ação desse tipo tem uma repercussão extremamente importante na vida das pessoas, e os restaurantes comunitários estão inseridos exatamente nos lugares mais carentes, onde se precisa de equipamento público. Então, esse programa é da sociedade como um todo, do governo junto com todos os parceiros.

Eu queria aqui parabenizar a SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – por esse trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Parabéns ao Deputado Joe Valle. Continuam os Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Quero pedir a V.Exa. e também aos nobres Deputados para agilizarmos a votação porque, daqui a pouco, eu tenho um compromisso. Eu tenho uma audiência pública fora, preciso estar lá e não posso me atrasar muito e quero votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu informo a V.Exa. que nós estamos terminando de chamar os últimos para os Comunicados de Parlamentares e entraremos na Ordem do Dia em breve.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa., em reconhecimento da Casa ao Rômulo, que nós votássemos a Moção nº 511, de 2016, de condolências. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu acolho o pedido de V.Exa. e solicito à secretaria que adote as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós acompanhamos, no dia de ontem, a concretização do chamado banquete da traição, quando o senhor golpista Michel Temer reuniu um grupo de Deputados e fez um jantar pago com dinheiro público. Na verdade, além do caviar servido naquele jantar, o que estava sendo servido era exatamente o direito dos trabalhadores.

Eu tenho aqui, em minhas mãos, um estudo produzido por um dos mais brilhantes economistas deste País, que é o meu querido amigo e companheiro Aloízio Mercadante. Ele dá conta, entre outras coisas, de que, se essa Proposta de Emenda à Constituição nº 241 já estive em vigor – os cálculos demonstram isto – na política fiscal de 2013, teríamos uma redução dos gastos em educação e cultura de 1 trilhão e 100 bilhões para 686 bilhões; na saúde, a redução seria de 955 bilhões para 701 bilhões.

Nós sabemos que, se essa PEC existisse, nós não teríamos tido o Mais Médicos, não teríamos o SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência –, não teríamos as UPAs – Unidades de Pronto Atendimento –, não teríamos as farmácias populares, que estão sendo cortadas agora. A Farmácia Popular, onde o diabético e o hipertenso compram seus medicamentos, está sendo cortada agora.

Portanto, essa PEC, na verdade, é um escândalo. Eu fiquei vendo ontem a festa que os Parlamentares faziam pela aprovação e imaginando como é que o povo brasileiro ficaria com uma situação daquela.

Eu tenho feito algumas críticas aqui ao Ministério Público, mas eu, sinceramente, Deputado Chico Leite, fiquei estarecido com o enfrentamento do Sr. Gilmar Mendes, que está muito mais como líder da Direita neste País do que como ministro do Supremo. Ele estava enfrentando o Ministério Público porque este discordou da PEC. Dizia: “Querem garantir privilégios”. Não é garantir privilégio de servidores públicos, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. que é servidor. O servidor público é uma necessidade nesse País. No que tange a servidor público, esse Estado ainda é muito pequeno. Para ter um Estado eficiente, precisamos de mais servidores. Precisamos de mais médicos, professores, policiais e também de mais presídios para prender bandidos.

Portanto, essa PEC, que vai vigorar por vinte anos, na verdade, é uma afronta, porque ela impede qualquer governo de fazer alguma política social. O Brasil



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

tem hoje uma população de 16 milhões de idosos. A projeção, Deputado Wellington Luiz, é que, em 2027, nós tenhamos 32 milhões de idosos. Eu pergunto: como é que esses idosos vão ser atendidos com essa PEC?

Depois ainda vem a concretização do conjunto da obra, que é exatamente fazer a reforma da previdência. Só vai ser possível se aposentar com 65 anos de idade – homens e mulheres. Inclusive, os vigilantes e os professores perdem a aposentadoria especial. Outro dia eu brinquei, mas falo sério, Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. que é professor: já imaginou uma professora, com 65 anos de idade, chegando à sala de aula de bengalinha para continuar trabalhando, sem poder se aposentar? É uma excrescência. Esse País não merece isso. Todos nós temos que combater a imoralidade que é essa PEC 241.

No que tange à questão do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, todo mundo sabe que eu fui um defensor, Deputado Chico Leite, de que a gente pegasse aquele recurso, pagasse os servidores e repusesse os terrenos. Primeiro o governo apresentou terreno podre, que era clube de golfe e terreno no Gama. Nós combatemos isso – Deputado Wasny de Roure participou de maneira brilhante dessa luta – e vencemos. Hoje estão vindo terrenos valorizados e com uma vantagem, especialmente, para a população do Gama, que batalha há tantos anos pelo Parque Vivencial do Gama.

Pois bem, quero anunciar a esta Casa e à imprensa aqui presente que hoje, agora à tarde, por contato telefônico, o Governador Rodrigo Rollemberg me assegurou que vai sancionar uma emenda que eu estou apresentando ao projeto, a qual garante definitivamente o Parque do Gama. Hoje, Deputado Chico Leite, o chamado Parque do Gama tem 74 terrenos da Terracap, inclusive um de 32.321 metros. Com essa emenda que eu apresentei aqui – e espero o apoio de todos –, nós vamos transformar em realidade o Parque do Gama.

O Governador me disse mais: se houver questionamento por parte do Ministério Público, ele manda um projeto do Executivo regularizando definitivamente o Parque do Gama. É uma vitória desta Casa, de todos nós. Recordo-me de que o Deputado Wasny de Roure, eu e outros Deputados batalhamos por isso, que a partir de hoje será uma realidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a nobre participação do Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo mundo sabe da minha relação pessoal e política com o Deputado Chico Vigilante. Respeito quase tudo o que foi dito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

por ele – no âmbito pessoal e na política –, fiz questão de deixar isso bem claro aqui, separando bem os limites.

Deputado Chico Vigilante, temos que lembrar que essa PEC tem um objetivo bem claro. Não foi exatamente o que o nobre Aloizio Mercadante disse, não. Até porque ele não é tão nobre assim. A história, pelo menos quando ele esteve no Palácio do Planalto, diz isso bem claramente. Até por onde ele saiu.

Agora, nós temos que deixar bem claro é que se o Governo Temer não tivesse a coragem de estabelecer o teto dos gastos públicos, em pouco tempo nós não teríamos salário para ninguém. Isso é coragem! Isso foi um ato de nobreza! Porque é praticamente impossível gerir o Estado da forma que nós estamos.

Então, foi, sim, um ato de nobreza do Presidente. Foi um ato de nobreza daqueles Parlamentares que tiveram a coragem de aprovar, na Câmara dos Deputados, esse projeto. Nós sabemos da necessidade. Não se pode fazer farra com recurso público. Se eleger às custas do dinheiro de forma ao Deus dará.

Então, tinha que ser feito, por mais doloroso que fosse, Deputado Wasny de Roure, mas, tinha que ser feito. E ele teve a coragem de fazer. Não se aproveitou politicamente do momento, pelo contrário. O senhor que conhece bem, o senhor que esteve naquela Casa por muitos e muitos anos, quantos tiveram a oportunidade de estabelecer um limite? Tiveram quatro, oito, doze anos e não fizeram. Poderiam ter feito, mas não tiveram coragem. Agora, o que não pode – e aí é verdade – é mexer no que é sagrado que é a educação, a saúde e a segurança. Não se pode. Isso jamais! Agora, nós sabíamos, e nós sabemos, que o teto dos gastos públicos tem que ter um limite. Não se pode mais conviver com um gasto maior do que se recebe.

É o que acontece nas nossas casas: se você gasta mais do que recebe, a sua dívida torna-se impagável. E aí a diferença de quem tem uma vida regrada e de quem vive no empréstimo. A não ser que seja um governo igual ao nosso que não paga os servidores. Ele vive na dívida, não porque ele não tem uma vida regrada, porque o governo não paga o que deve.

Mas, fora isso, não tem como continuar do jeito que nós estamos. O governo, hoje, gasta muito mais do que arrecada. Então, o que o Presidente Temer fez foi dar um exemplo de boa conduta. Ele está de parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Parabéns, Deputado Wellington Luiz, se eu fosse o Presidente Michel Temer, V.Exa. iria ser um dos Ministros mais importante, porque nunca vi discursar com tanta propriedade sobre a defesa do congelamento dos gastos públicos.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Primeiro, gostaria de dar boa tarde ao nobre Presidente, Deputado Agaciel Maia, e a todos os demais Deputados presentes.

Depois que a gente vê tantas coisas ruins, tanta coisa errada acontecendo, a gente tem que reconhecer, Deputado Delmasso, que hoje foi publicado um decreto muito importante – não sobre o aumento da conta de água, porque esse, nós temos que combater. Mas foi publicado um projeto, inclusive, que nós mandamos a indicação ao Governo. Eu parableno aqui o Secretário da Sedestmidh pelo decreto que o Governador publicou hoje, garantindo também a utilização do Restaurante Comunitário do Sol Nascente para servir o café da manhã e, também, o jantar.

Já temos ali uma grande estrutura a ser utilizada. Então, nada mais justo do que utilizar essa mesma estrutura também para o café da manhã e o jantar daquelas pessoas que tanto precisam. Faço um apelo para que isso comece logo a acontecer e que isso seja expandido para outros restaurantes comunitários também.

Aproveitando que amanhã é o Dia da Criança, quero dizer, Deputado Bispo Renato Andrade, que, infelizmente, as crianças do nosso Distrito Federal não têm muito a comemorar. Primeiro, pela falta de pediatras em toda a rede de saúde do Distrito Federal. Outra questão, Sr. Presidente, nós temos feito uma cobrança incisiva sobre a construção de novas creches. Hoje, nós temos muitas crianças fora da creche, um déficit de 21 mil vagas e cerca de 16 mil crianças matriculadas, dado esse encaminhado pela própria Secretaria de Educação. Deputado Prof. Reginaldo Veras, temos um recurso de mais de 51 milhões de reais, que já era para ter sido empregado no ano passado para a construção de 36 novas creches, que não foi gasto.

Deputado Prof. Israel, esse ano nós podemos perder o recurso de novo enquanto temos um *deficit* absurdo. Eu me lembro de que o então candidato ao Governo do Distrito Federal, com toda a sua equipe que fez um planejamento para os próximos quatro anos de governo, disse em rede nacional que construiria no seu projeto de governo 350 novas creches aqui no Distrito Federal. E os dados que temos mostram uma creche em Águas Claras, chamada Rosa do Cerrado, pronta desde setembro de 2014, Deputada Telma Rufino, que até hoje foi inaugurada pelo Poder Executivo. Nós temos outra em Samambaia, totalmente pronta desde março de 2015, que também não foi entregue. E uma no Lago Norte, onde muitas mães trabalham, cem por cento pronta desde março deste ano, que também não foi entregue. Esse governo, Deputado Wasny de Roure, só fez uma creche, no Recanto das Emas, iniciada no ano passado, que está pronta e aguardando apenas a ligação de água e de energia.

Eu faço aqui um apelo ao governo no sentido de que utilize os recursos federais destinados à construção de novas creches e que deixemos os pais e as mães de família trabalhar e ter onde deixar os seus filhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Parabéns ao nobre Deputado.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa., em seguida ao Deputado Raimundo Ribeiro. Depois, a leitura do Expediente solicitada pelo Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que as moções e os requerimentos sejam votados em bloco após a pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. Para a celeridade dos trabalhos, peço à Secretaria da Mesa que organize a votação desses itens após a pauta da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme prometido a V.Exa., eu esperei dar meia hora, apesar de V.Exa. ter me franqueado de cinco em cinco minutos, mas eu preferi de meia em meia hora. Eu gostaria aqui de fazer uma proposta, além da inclusão na pauta deste decreto, malfadado decreto, que invade a competência de todo mundo e dá vazão aos instintos autoritários do Governador, eu gostaria de, caso a Mesa rejeite a proposta, que então submeta ao Plenário para saber se o Plenário gostaria de votar este PDL.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero informar a V.Exa. que, nos termos do que foi discutido nos Comunicados de Líderes, e tendo em vista a posição do nobre Deputado Chico Leite de que há dúvidas se existem dois, agora eu estou sabendo que existe mais um terceiro, ou melhor, quatro projetos nesse sentido, é recomendável que a matéria vá para a Comissão de Constituição e Justiça, porque a admissibilidade é da competência da CCJ. Então, que esses projetos sejam enviados à CCJ e que possamos submetê-los ao plenário na próxima terça-feira. Esta é a decisão da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura do primeiro item da pauta. Antes, porém, gostaria de consultar os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de números 1 a 181, relativo aos vetos da Ordem do Dia para votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura do primeiro item da pauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito que isso seja distribuído, pois parece-me que são vários projetos da pauta, para que possamos nos orientar quanto aos itens extrapauta. Por favor, ajude-nos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. Os itens são os quatro que foram discutidos no conselho. Todos eles já tramitaram nas comissões. Eu solicito à Secretaria da Mesa que disponibilize cópias para V.Exa. e os demais Deputados.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.180, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.366, de 03 de julho de 2014, que dispõe sobre a criação de empregos em comissão na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Aprovado pareceres favoráveis na CCJ, na CEOF e CAS, na forma da emenda da Relatora.

A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre a Emenda nº 1.

Solicito ao nobre Deputado Julio Cesar, pela CEOF, que profira parecer sobre a Emenda nº 1.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Somente para tirar uma dúvida, Deputado, o parecer já foi aprovado na CEOF?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Somente a CCJ não proferiu parecer sobre a emenda. A CEOF já aprovou. V.Exa. tem razão.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer à Emenda Modificativa nº 1, de 2016,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

do Deputado Prof. Reginaldo Veras, ao Projeto de Lei nº 1.180, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.366, de 03 de julho de 2014, que dispõe sobre a criação de empregos em comissão na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e dá outras providências”.

Emenda Modificativa nº 1, de 2016, Deputado Prof. Reginaldo Veras. O art. 1º do Projeto de Lei nº 1.180, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 3º da Lei nº 5.366, de 3 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 3º No prazo de três anos da publicação desta lei, a Codhab deve providenciar realização de concurso público para prover os empregos de carreira.’”

A Emenda nº 1 atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, não havendo nenhum óbice à sua aprovação.

Assim, no âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade da emenda. É o parecer, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.180, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.112, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização, o cadastramento e a gestão de bens públicos imóveis do Distrito Federal e das entidades da Administração Indireta, e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Aprovados pareceres favoráveis da CAS, da CCJ e da CEOF na forma do substitutivo e das Subemendas nºs 2, 4 e 5.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre a Subemenda nº 5.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a votação do item nº 226, o Projeto de Lei nº 853, de minha autoria, porque nós temos uma data para fazer uma solenidade e incluir uma data especial no calendário. Queria pedir a gentileza de votarmos o item nº 226.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à Secretaria da Mesa que adote as providências cabíveis.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização, o recadastramento e a gestão de bens públicos imóveis do Distrito Federal e das entidades da Administração Indireta, e dá outras providências”.

O parecer é relativo à Subemenda Aditiva nº 5, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2016. Esta emenda visa aperfeiçoar o projeto, respeitando a proporcionalidade em relação ao tempo de desempenho das atividades e pelo fato de a sessão dever ter desdobramento como política de nível estatal, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das mudanças instituídas por cada governo.

Portanto, nosso voto é favorável à emenda, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que não há um clima de aprofundamento dessa discussão, mas esse projeto, quando chegou a esta Casa, procurava dar um direcionamento, diante de uma expectativa de regularização fundiária, a instituições históricas que têm característica de contribuição material e imaterial na sociedade.

Ocorre que o projeto recebeu aqui na Casa várias emendas que vêm transformar a gestão dos recursos públicos, sobretudo dos imóveis públicos e imóveis de propriedades – terrenos ou imóveis construídos –, de uma maneira genérica, e nós temos a leitura de que isso vai esbarrar em legislações federais, levando a arguições de inconstitucionalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

O governo, quando mandou o projeto no dia 18 de maio deste ano, apresentou um novo texto, sob a forma da Emenda Substitutiva nº 1, em 22 de junho. Não houve, portanto, tempo adequado para analisar a detalhada proposição e seus efeitos.

Nós temos ainda o entendimento de que a cessão de uso tem que ser submetida à lei de licitações, Lei Federal nº 8.666. A lei de licitações estabelece mecanismo para a dispensa da inelegibilidade de licitação, e não é autorizado aos estados nem ao Distrito Federal legislar sobre esses casos – art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal. Por isso a dúvida sobre a legalidade do PL que está em tela para ser votado. Deve-se observar ainda que o texto do PL nº 1.112, de 2016, e seu substitutivo, é perigosamente amplo e inova ao criar, à margem da lei de licitações, um procedimento seletivo, impessoal, que pode ser fonte de irregularidades nesses processos de cessão de uso.

Por último, a Lei Orgânica do Distrito Federal determina no § 1º do art. 47 que os bens imóveis do Distrito Federal só podem ser objeto de alienação, aforamento, comodato ou cessão de uso mediante autorização legislativa. No entanto, o Projeto de Lei nº 1.112, de 2016, e seu substitutivo estabelecem autorização genérica para cessão de uso dos bens imóveis do Distrito Federal, que, em última análise, esvazia o conteúdo normativo do art. nº 47, no seu § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Isso pode gerar prejuízos ao Distrito Federal, em especial para a gestão dos seus bens imóveis.

Não há indicação do universo de terrenos relacionados no projeto. Esse é outro problema. Portanto, eu quero aqui orientar e pedir aos colegas da minha bancada que votem contra o referido projeto.

Esse é o nosso entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 4 votos contrários.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que sejam citados os nomes dos Deputados que votaram contra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Os votos contrários foram dos Deputados Wasny de Roure, Chico Vigilante, Ricardo Vale e Bispo Renato Andrade.

O parecer obteve 13 votos favoráveis. Houve 4 votos contrários.

Solicito à Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer sobre a Subemenda nº 5.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Subemenda nº 5 ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização, o recadastramento e a gestão de bens públicos imóveis do Distrito Federal e das entidades da Administração Indireta, e dá outras providências”.

A Subemenda nº 5 atende os princípios de constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, não havendo nenhum óbice à sua aprovação. No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade da subemenda.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 4 votos contrários, dos Deputados Wasny de Roure, Chico Vigilante, Bispo Renato Andrade e Ricardo Vale.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.112, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se.

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 4 votos contrários, dos Deputados Wasny de Roure, Chico Vigilante, Ricardo Vale e Bispo Renato Andrade.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.252, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

TERRACAP a doar imóveis que menciona ao Distrito Federal e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Apresentada uma emenda de plenário, as comissões deverão se manifestar sobre a emenda apresentada pelo Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por um lapso da Assessoria de Plenário, eu estou mencionado como relator da matéria. Eu não sou relator, a despeito de ter apresentado um voto em separado. O relator, se V.Exa. me permite, é a sua pessoa na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Peço essa correção, porque essas coisas na Casa...

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito seja feita a correção.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que seja feita a leitura da emenda, para conhecimento do Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que faça a leitura da emenda apresentada pelo Deputado Chico Vigilante e emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Emenda de Plenário nº 2, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, ao Projeto de Lei nº 1.252, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP a doar imóveis que menciona ao Distrito Federal e dá outras providências”, que passo a ler:

“Acrescenta o artigo 6º ao Projeto de Lei nº 1.252/2016, renumerando-se os demais:

Art. 6º Fica a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP autorizada a doar os imóveis descritos no Anexo 2, correspondentes aos 74 lotes no Setor Norte do Gama, para a implantação definitiva do Parque Urbano e Vivencial do Gama, localizado na Área Especial, Quadras 03, 04 e 05 do Setor Norte da Região Administrativa do Gama – RA II.”

É a emenda, Sr. Presidente. Agora passo ao parecer.

Parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à referida emenda: nos termos do artigo 68 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Assuntos Fundiários emitir parecer sobre o mérito de matérias que tratem de parcelamento do solo; normas gerais de construção e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

mudança de destinação de áreas; propaganda ou publicidade em logradouros públicos; política fundiária; habitação; utilização e desafetação de bens públicos; direito urbanístico e política de combate à erosão.

No mérito, manifestamos nosso voto pela aprovação da Emenda nº 2, de Plenário. É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da CAF.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse é um debate profundo, longo, que não vai se concluir hoje, nem com a sanção do Governador. Eu sei que não tenho a capacidade de convencimento, e lamento profundamente.

Esse projeto do governo, eu não vou entrar com relação ao que dispõe... Eu fiz isso no voto por escrito. A Lei nº 9.717, de 1998, como também a Lei de Responsabilidade Fiscal, e também as duas portarias do Ministério da Previdência Social, a nº 402 e a nº 403, demonstram uma série de ilegalidades nesse projeto.

Eu quero me ater especificamente à lei que foi votada nesta Casa, nesta legislatura, que é a Lei nº 899, de 2015.

No seu artigo 2º, a lei estabelece o percentual que poderá ser utilizado do chamado superávit do Iprev. Ocorre que o inciso V diz – e aí quero ler para os colegas porque, apesar de ter sido votada, eu votei contra...

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero só fazer um alerta a V.Exa. de que, regimentalmente, o tempo para a discussão dos projetos em regime de urgência é de dois minutos e meio. Então, estão concedidos cinco minutos para V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa regra é nova.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não, é regimental. V.Exa. conhece.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – O Senhor pode mostrar o artigo? Isso e aquilo outro? Porque nunca vinha sendo observado isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – V.Exa. pode discutir. Está autorizado. Estou só alertando em respeito aos demais colegas, dado o adiantado da hora.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Não, a discussão é a riqueza do debate. É a discussão que nos permite votar pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

sim ou pelo não. A riqueza do Parlamento é exatamente essa. Não é simplesmente aprovar porque o Buriti quer.

Nós temos dois projetos de lei. É importante explicar isso. O Projeto de Lei nº 1.252 prevê que a Terracap doa ao Iprev. Eu não vou entrar aqui na composição e na valorização, não me sinto preparado para isso, mas quero entrar na discussão sob o ponto de vista do que prevê a lei que foi votada aqui pelos colegas Deputados dessa legislatura. Ela prevê que o Iprev tem de concordar com esse conjunto de imóveis e a avaliação que o governo colocou. Essa é a primeira coisa, e isso é o que não tem. Muito bem se colocou o presidente do Iprev, mas não apresentou a decisão do conselho do Iprev. Portanto, o Iprev, nesse processo, não se manifesta. Isso é lamentável! É deplorável que tenha um conselho de servidores que não tenha opinião. É claro que existe algo de estranho nesse processo. Não é à toa que o conselho foi reformulado. Não é à toa que o conselho foi reformulado nesse atual governo. Depois prevê, no mesmo inciso, que tem que ter a avaliação, no mínimo, de duas empresas habilitadas a fazer a avaliação.

A terceira questão que tem que ser colocada – e aí chamo a atenção dos colegas mais uma vez – é que a Terracap não é dona integral desses imóveis que ela pretende doar. A Terracap não é 100% dona. A União tem 49% e 51% é do Governo do Distrito Federal, é particularmente da Terracap. O que acontece? Essa matéria não recebeu anuência do Conselho de Administração da Terracap. Não recebeu anuência da assembleia, dos acionistas da empresa. Também não recebeu do seu Conselho de Fiscalização.

Vejam bem, colegas, o que pode acontecer? O que pode acontecer é que a União, por solicitação até mesmo do governador à época, senador junto à CGU, cobre da Terracap os 49% pertencentes à União, e isso seja judicializado, o que vai deixar o Iprev com uma matéria judicializada, com imóveis que ele não poderá utilizar. Então, nós precisamos ter clara a implicação dessa decisão. Além disso, o que o governo quer não é a decisão do Iprev. O que o governo quer é que esta Casa diga sim, porque ela dizendo sim, torna desnecessário o parecer tanto da Terracap quanto do Iprev, porque aí tem a chancela da Casa Maior, que é o Poder Legislativo. É isso o que quero que os colegas entendam.

Eu tenho absoluta compreensão de que é urgente, é necessário. A lei previu, Deputado Agaciel Maia, 180 dias. Já ultrapassou 360 dias. O que custa a esta Câmara Legislativa pedir que tanto o Iprev como também a Terracap façam a instrução adequada do processo?

Sr. Presidente, quero encerrar – eu estou sendo pressionado, eu aceito a pressão, porque são bastante incômodas as minhas colocações. Eu quero colocar ainda, Sr. Presidente, que lamento profundamente. Tenho o maior respeito pelo presidente da Terracap. É um excelente quadro técnico da empresa. Ele mandou para mim uma resposta à solicitação que fiz. Fiz várias solicitações, mas mandou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

resposta a uma delas. Ele mandou a lei que versa sobre a constituição da empresa. Essa lei prevê que a Terracap pode doar para os serviços públicos, ou seja, ela pode doar para a União e para o GDF, mas não pode doar para outro ente que não seja um desses dois. É isso o que a lei está dizendo. O presidente não respondeu as perguntas que foram levantadas.

Ora, colegas, mais uma vez, eu lamento profundamente. Acho que a proposta do Deputado Chico Vigilante é uma proposta pertinente, a despeito de existir decreto, que, me parece, define o Parque Vivencial do Gama. A doação desses terrenos é importante, mas obedece ao mesmo critério, Deputado Agaciel Maia! Obedece ao mesmo critério! Nós estamos querendo comprar determinados votos em função de algo que é interessante para a comunidade. Na realidade, é interessante tanto para o Iprev, como para o Gama e para toda a população do Distrito Federal, mas é necessário que votemos da maneira mais correta possível para não ser arguida a inconstitucionalidade, o que vai levar a um quadro de ilegalidade.

Lamento profundamente porque nós não estamos aqui para brincar com o dinheiro que pertence aos servidores públicos e que, lamentavelmente, foi transferido para o GDF gerenciar. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a V.Exa.

Como V.Exa. levantou uma questão de ordem, o art. 165, § 3º, diz: “Na discussão e no encaminhamento da votação de proposição em regime de urgência, o autor, o relator e os Deputados Distritais inscritos poderão usar da palavra por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação ordinária, alternando-se, quando possível, os oradores favoráveis e contrários.”

Portanto, o § 3º, do art. 165 estabelece que, no caso da discussão, o tempo é de dois minutos e meio.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Wasny de Roure.

A Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer da CEOF sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda do Deputado Chico Vigilante –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

inclusive, o governo concorda e fica feliz com a emenda apresentada pelo Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda de Plenário nº 02 ao Projeto de Lei nº 1.252, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap a doar imóveis que menciona ao Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos favoráveis à Emenda de Plenário nº 02, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Wasny de Roure.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer da CCJ sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda apresentada pelo Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs., Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda de Plenário nº 02 ao Projeto de Lei nº 1.252, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap a doar imóveis que menciona ao Distrito Federal e dá outras providências”.

A Emenda nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.252, de 2016, atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo óbice à sua aprovação. Portanto, no âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade da emenda.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Wasny de Roure.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Wasny de Roure.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Distrito Federal a proceder à incorporação de imóveis que menciona ao patrimônio do Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV”.

Relatores: Deputada Telma Rufino, Deputada Luzia de Paula, Deputado Agaciel Maia e Deputada Sandra Faraj.

A votação será pelo processo nominal. Alerto os Parlamentares de que são necessários 13 votos favoráveis ao projeto, para que seja aprovado.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Constata-se que há em plenário 17 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos votando o Projeto de Lei nº 1.252 ou o Projeto de Lei Complementar nº 74?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – É o PLC nº 74, último item extrapauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agora é um novo item? Porque V.Exa. não colocou o item extrapauta nº 3 em votação nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – É votação simbólica no item nº 3.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – V.Exa. propôs a votação simbólica... Ah! Está certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – É o projeto de lei complementar que tem votação nominal, o que estamos começando a votar agora.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está certo. É porque esse não é autorização da Terracap. Esse é uma autorização do Governo do Distrito Federal sobre o seu patrimônio.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a V.Exa.

Em discussão o PLC nº 74, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

É importante frisar que, para aprovação do projeto, são necessários 13 votos “sim”.

Solicito à Sr. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 10 2016	16h05min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.180, de 2016, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 1.112, de 2016, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 1.252, de 2016; Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2016.

Em seguida, haverá a votação das moções, requerimentos e demais proposições legislativas acatadas por esta Presidência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h01min.)